

NOÇÕES DE SUJEITO EM MODELOS TEÓRICOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto¹

Rodrigo Rabello*

RESUMO

Considerando o percurso investigativo da Ciência da Informação que, sob diferentes perspectivas, admite construções teóricas influenciadas pelas dimensões objetiva e/ou subjetiva e/ou social de informação, visou-se identificar elementos conceituais acerca das noções de usuário empregadas em construtos modelares da área. Para tanto, realizou-se uma investigação tendo como *corpus* 15 revisões de literatura sobre necessidade, busca, comportamento e uso de informação publicadas na *Annual Review of Information Science and Technology – ARIST*. A análise do *corpus* permitiu ilustrar a relação sujeito-objeto nas abordagens “tradicionais” e “alternativas”, direcionadas, respectivamente, às dimensões objetiva e subjetiva de informação, bem como permitiu a proposição dos modelos “sistêmico” e “emergente”, este último composto pela relativa atração das dimensões subjetiva e social. Ao final, delineou-se um quadro cujos resultados apontaram para o deslocamento e/ou transcendência da noção estrita de sujeito – subentendida como a singularidade que *gerencia* ou *usa* a informação em um sistema – passando a considerar, complementarmente, outras possibilidades de atuação. Nessa direção, o sujeito passa a ser concebido tendo em vista não apenas as ações de gestão ou de uso, mas também tomando por fundamento a sua agência no processo de apropriação e de construção de informação e conhecimento, de modo interativo e em contexto.

Palavras-chave: Sujeito. Agência informacional. Modelos teóricos. Epistemologia. Ciência da informação.

* Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista, Brasil. Bolsista do Programa de Capacitação Institucional no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil.
E-mail: rdgrabello@gmail.com.

I INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi motivada tomando por base questionamentos sobre quais espaços teóricos da Ciência da Informação (CI) vêm abrigoando as noções de sujeito e como tais noções têm sido interpretadas quando concebidas em sua relação com o principal

objeto da CI: a informação.² A investigação sobre os possíveis lugares e interpretações partiu de opções teóricas julgadas precípuas para o delineamento da linha argumentativa.

A primeira escolha foi orientada pela concepção que considera as dimensões objetiva, subjetiva e social da informação com o desígnio

¹ Parte dos resultados da pesquisa de pós-doutorado intitulada “Usuário, informação e ciência e tecnologia: aspectos comunicativos e institucionais em um modelo sociotécnico emergente”, finalizada em 2012, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Néida González de Gómez.

² A pesquisa manteve relação com a investigação do tema “Estudo de usuários” – inserido no Projeto Institucional “Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias da Informação e da Comunicação para Consolidar a Sociedade da Informação e do Conhecimento” (2011-2013), sendo executado no âmbito do Programa de Capacitação Institucional do IBICT (PCI/IBICT) – recebendo o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Processo individual: n.301053/2011-1.

de obter apoio para a análise das tendências teóricas tangentes à relação sujeito-objeto nas proposições modelares identificadas na CI.

A aceção de informação em três dimensões possibilitou identificar o lugar do sujeito – em particular, daquele que usa a informação – e as possíveis motivações informacionais a ele atribuídas. Tendo por fundamento tais dimensões, foi possível visualizar aspectos que definem o usuário como repositório (*container*) de informação ou “autômato” do sistema, como singularidade cognitiva ou como ator cognitivo-social.

A ilustração de tais aspectos, no bojo de interpretações modelares subjacentes, foi obtida com a delimitação do *corpus* de análise, este formado por publicações da *Annual Review of Information Science and Technology – ARIST* – em revisões de literatura que abordaram os seguintes temas: necessidade, busca, comportamento e uso de informação.

A relação sujeito-objeto em proposições modelares – ora denominadas de abordagens “tradicionais” e “alternativas”, aqui reinterpretadas e nominadas de modelo “sistêmico”, somado ao diálogo com o modelo denominado de “emergente” – permitiu a defesa da hipótese da relativa saliência do último modelo aos demais. Argumentou-se que o “modelo emergente” vem, sobretudo na última década, demarcando espaço no cenário teórico da CI ao se apresentar como um lugar de atração das dimensões subjetiva e social de informação.

As perspectivas teóricas tocantes à concepção das dimensões de informação, à demarcação do *corpus* e à defesa da posição de destaque do “modelo emergente” convergiram para a delimitação de um instrumento de pesquisa formado por categorias de análise utilizadas para a realização de uma meta-interpretação da orientação dos estudos contidos nas revisões de literatura analisadas.

O quadro meta-interpretativo elaborado aportou elementos teóricos que permitiram a reflexão sobre aspectos conceituais da atuação do sujeito na CI, referenciando-se, como pano de fundo, em dualidades ideacionais ou concretas presentes no mundo social, tais como singularidade/coletividade, sujeito isolado/sujeito em interação e sujeito “autômato”/sujeito dotado de cognição.

Outro ponto de partida para tal reflexão residiu na identificação das novas formas de construção de informação e conhecimento, que são operacionalizadas, sobretudo, com o advento das possibilidades interativas e interventivas propiciadas pela expansão da capilaridade e das formas de acesso à Internet.

Ao final, foram apresentados elementos que problematizam as noções de profissional de informação e, em específico, de usuário de informação, quando pensadas e vinculadas estritamente à concepção de sistema de informação. Tal problematização leva ao pressuposto de que a noção de sujeito na CI pode ser ampliada ao considerar outras possibilidades de criação de objetos de estudo. Nessa direção, o sujeito pode se referir não apenas àquele indivíduo que gerencia ou faz uso da informação num sistema, mas também àquele que valida e produz informações e conhecimentos, apropria-se dele e o dissemina em diferentes formas de interação e contextos.

2 NOÇÕES DE USUÁRIO EM CONCEPÇÕES DE INFORMAÇÃO

O esquema teórico proposto por Capurro (2003) traz luz a três dimensões, ou “paradigmas”, de inspiração kuhniana, influentes para a construção conceitual da informação na CI: 1. paradigma objetivo ou físico, 2. paradigma subjetivo ou cognitivo e 3. paradigma social ou pragmático. A dimensão objetiva considera, p. ex., a “teoria matemática da informação”, de Claude E. Shannon e Warren Weaver, influente nas formulações teóricas sobre esquemas e dispositivos de recuperação de informação. A dimensão subjetiva encontra lugar em proposições como as de Nicholas J. Belkin, em seus “estados anômalos do conhecimento”, e de Bertram C. Brookes, como o “mentalismo”, dentre outras. O questionamento das regularidades psicológicas é o ponto de partida da dimensão social, que encontra lugar no pensamento de autores como Bernd Frohmann, Birger Hjørland, Reijo Savolainen, dentre outros.

O referido perspectivismo na CI tem tomado por fundamento a posição dos sujeitos ante ao objeto referente em questão: a informação.

Esta relação sujeito-objeto pode ser concebida baseando-se em três dimensões particulares.

Na primeira, o sujeito tem a agência minimizada quando concebido como receptor passivo de informação e como parte integrante do sistema e da cadeia de transferência de informação. Neste caso, o objeto se sobrepõe ao sujeito de modo objetivista, sobrevalorizando a mensagem comunicada ou transferida como um dado objetivo. O sujeito é concebido como um repositório de informação ou um “autômato” do sistema de informação.

Na segunda, o sujeito assume a posição de agente que atribui sentido à informação. Nesta dimensão, a individualidade do sujeito é sobressaltada de modo subjetivista, que enfatiza a interpretação isolada do profissional de informação ou do usuário descontextualizada socialmente. A relação sujeito-objeto tem como lócus privilegiado o sistema de informação. O sujeito, nesse caso, é concebido como uma singularidade cognitiva.

Na terceira dimensão, a produção de sentido isolada do sujeito se desloca em direção à valorização da construção de conhecimento considerando a relação entre sujeitos, num determinado contexto social. Nesse prisma, o uso e a validação da informação, pressupostos para a produção e apropriação de conhecimento são considerados pragmaticamente na relação entre sujeitos, cujas ações são socialmente referidas. O sujeito é concebido como um ator cognitivo-social.

Nesta última dimensão entra em foco a relação entre linguagem, processo comunicativo e as distintas institucionalidades em que a informação poderá ser agenciada. Nesse caso, o sistema de informação deixa de ser o lócus imprescindível. Os holofotes podem ser voltados para a agência do sujeito num contexto coletivo, ou seja, para a sua atuação social no processo de produção e apropriação de informação e de conhecimento.

A perspectiva sociológica que considera a ação compartilhada do sujeito em sociedade, fundamentada na “teoria da ação social” proposta pelo sociólogo alemão Max Weber (1978), tem influenciado, nalguma medida, a concepção de sujeito em relação à noção social de informação na CI.

Esta teoria está centrada nos atores sociais e em suas ações. A sociedade, sob esse

prisma, não seria algo exterior e superior aos indivíduos na medida em que é composta de ações sociais reciprocamente referidas. A ação, nesse caso, é definida como o processo individual orientado pela ação de outros indivíduos, expressa espontaneamente e/ou com sentido. Essas condições de interdependência revelam que nem toda ação será social. Somente o será quando a ação significativa do indivíduo for compreensível em comparação às ações dos demais indivíduos. Desse modo, a ação significativa pode ser orientada por ações entre atores que se conhecem ou por uma pluralidade indeterminada e desconhecida de indivíduos.

O ponto de partida teórico da dimensão social da ação significativa dos sujeitos tem auxiliado a observação, a construção e/ou a diferenciação de aspectos conceituais em distintos modelos teóricos na CI, fundamentando-se na relação de tais sujeitos com a informação.

3 CONCEPÇÕES MODELARES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O percurso da construção conceitual de informação – que considera as dimensões objetiva, subjetiva e social – tem trazido elementos para analisar outros referentes que vêm representando ou auxiliando a construção de teorias na CI.

A relação sujeito-objeto, presente em cada dimensão, ganha outras nuances quando concebida considerando o quadro valorativo atribuído ao sistema de informação e à função atribuída ao sujeito, haja vista o papel deste no gerenciamento, no uso de informação e na apropriação e produção de informação e conhecimento.

Tais nuances levam a interpretações distintas daquelas sugeridas por Capurro (2003), em sua proposição de “paradigmas”, cujo quadro pressupõe a sobreposição de uma dimensão sobre outra. Isso porque esta acepção escalonada leva à inferência de que não há coexistências e permanências de quadros conceituais de informação subjacentes às construções e aos fenômenos estudados pela CI.

Um caminho para refletir acerca dos possíveis graus de enfoque no sistema de

informação e, principalmente, da função atribuída ao sujeito refere-se ao estudo da relação entre sujeito e uso de informação mediante o conceito usuário de informação.

A investigação do percurso histórico do conceito usuário de informação, além de trazer evidências sobre aspectos da função do sujeito e sobre o lugar dos construtos, também permite explorar as dimensões conceituais de informação.

Distinguindo-se das pesquisas bibliográficas organizadas numa cronologia rígida, a qual refletiria, *per se*, a evolução do pensamento numa dada esfera do conhecimento, considera-se o caráter diacrônico das teorias e dos conceitos cuja inovação nem sempre reside no trabalho ou pensamento mais recente.

Nesse caso, a assimilação de plataformas epistemológicas plurais indica o caráter político subjacente ao discurso de verdade considerado nas construções teóricas alinhadas a campos de estudos autodenominados e referenciados por membros de uma mesma comunidade epistêmica.

Numa dessas plataformas – comunidade epistêmica, que, entre as décadas de 1960 a 1980, considerou estudos de necessidade, busca e uso de informação – foram construídas interpretações sobre um modelo teórico nomeado de “abordagens tradicionais”.

Nas “abordagens tradicionais”, conforme interpretam Dervin e Nilan (1986), os estudos de natureza quantitativa são preponderantes e o sistema de informação assume posição central. Nessas abordagens, a figura do gestor, responsável pelo desenho, arquitetura e manutenção do sistema, é posta em destaque. Tal centralidade foca o serviço informacional e fetichiza a tecnologia, os dados, o conteúdo informacional e o documento como instâncias autolegitimadoras diante da sua função no sistema.

Em tais abordagens, o foco perseguido pelo profissional de informação nos estudos de usuários é a necessidade do sistema, mais do que as situações de necessidade dos usuários. Os estudos de comportamento, nesse contexto, enfocam a interação usuário-sistema, já os estudos de avaliação de necessidade têm como foco o arquiteto do sistema ou sua infraestrutura. Nas “abordagens tradicionais”, o usuário de informação é concebido como parte do sistema e seu intelecto apreendido como um repositório

a ser preenchido com informação. Este enfoque “sistêmico” estrito concebe o sujeito na condição de uma peça do mecanismo do sistema para o qual o fluxo da cadeia de informação é direcionado.

Na analogia do mecanismo citado, o quadro valorativo “sistêmico” prioriza a relação expressa na categoria “profissional-sistema-usuário”, cada qual com sua função determinada: a) o “profissional” centraliza as decisões para a engenharia e operacionalização do sistema, sendo o principal sujeito da ação; b) o “sistema” é valorado de forma “fetichizada” como uma “máquina”, cujas peças, circuitos e engrenagens estão montados e se articulam de forma precisa, algo que garante o funcionamento do aparato mecânico para a produção da peça; e c) o “usuário” seria o dispositivo para o qual a produção se direciona, ou seja, o aparelho onde a peça será encaixada.

No plano figurativo sobredito, o “sistema” informa o objeto – no sentido de “dar forma à peça”, no caso, a “informação” – cujo peso, silhueta e dimensões são precisos – “informação objetiva” – de modo a se ajustar ao dispositivo que receberá o seu complemento passivamente, sem a necessidade de realizar qualquer ação para a concretização do encaixe – “usuário-repositório”. Enfim, nessa configuração o sujeito efetivamente considerado é o “profissional de informação”.

Outro indício daquilo que constituiria o “modelo sistêmico” pode ser observado por meio da concepção teórica “sistêmica” da CI, denominada de “cadeias de transferência de informação”. Esta acepção pode ser exemplificada com base no argumento de Borko (1968) sobre a necessidade de desenvolver, no campo da CI, estudos sobre origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação. Sob este enfoque, tais ações cumprem uma função sistêmica onde o fluxo de informação segue uma direção previsível em cadeia, tanto para a gestão da tecnociência, como para o aperfeiçoamento ou gestão de sistemas de informação.

As “abordagens tradicionais” antecederiam ou abririam espaço às investigações alinhadas ao interesse no estudo dos padrões cognitivos,

demarcando a criação de uma “abordagem comportamental normativa.” Conforme explicam Dervin e Nilan (1986), o estudo dos citados padrões foi realizado a partir do final da década de 1970, sendo este o momento inicial do modelo que posteriormente foi denominado por estes autores de “abordagens alternativas”.

As pesquisas das “abordagens alternativas” evidenciam a transição de um modelo direcionado ao sistema de informação para outro que concebe os usuários do sistema como foco principal. É interessante observar que, mesmo neste último modelo, a noção de sistema ainda é imprescindível.

Nas “abordagens alternativas” são considerados aspectos cognitivos dos sujeitos que poderiam ser estudados à luz do processo individual interpretativo de atribuição de sentido à informação a partir, p. ex., do estudo do trinômio “situação”, “lacuna” e “uso” da informação. Faz-se oportuno observar que tal trinômio compõe o conceito *sense-making*, proposto por Dervin (2003). Nesse conceito, a relação interdependente dos três elementos pressupõe que toda necessidade de informação suscita uma situação que, por sua vez, gera uma lacuna. Nesse caso, as fontes de informação buscadas a partir de uma necessidade compõem os elementos responsáveis para a supressão da lacuna. O uso, nessa direção, decorre da supressão de uma lacuna e da aplicação da informação obtida.

Conforme comentado, o “modelo sistêmico” pode priorizar tanto o sistema de informação em si, atribuindo posição de destaque aos “engenheiros” do sistema, ou seja, aos profissionais de informação, como o usuário do sistema. Quando o enfoque é dado no sistema e no profissional, o usuário é concebido como “repositório” de informação. Quando o usuário do sistema é considerado em primeiro plano, esse sujeito é concebido como singularidade cognitiva, como produtor de sentido.

Sob o ponto de vista sistêmico, os profissionais de informação buscam sustentar, *a priori*, os seguintes padrões de positividade: a) conhecimento prévio das fontes de interesse do usuário, mediante uma intervenção seletiva; b) definição do modelo de intermediação, com critérios previamente estabelecidos; e c) definição prévia dos objetivos da mediação

da informação, apontando para predições de resultados. Em todos esses padrões, a antecipação ou previsão do fenômeno é algo recorrente.

Os padrões de positividade orientadores do “modelo sistêmico” – que objetivam a provisão de recursos para o sistema e a previsão de resultados – apresentam maior fragilidade à luz das mudanças e possibilidades de difusão, acesso e uso de informação propiciadas com o advento das transformações tecnológicas, com a criação de variados tipos de *hardware* e *software*, e, sobretudo, com o advento da *World Wide Web* – ou *WWW* ou *Web*.

Partindo da citada interpretação dual – composta pelas “abordagens tradicionais”, com ênfase na dimensão objetiva da informação, e pelas “abordagens alternativas”, com foco no usuário do sistema e na dimensão subjetiva da informação – propõe-se, neste momento, outra composição modelar.

A composição que aqui se propõe visa diferenciar a dimensão que orbita o sistema da outra que transita e mantém certa atração entre as dimensões subjetiva e social de informação.

O caso adotado para exemplificar a interpretação de tal atratividade decorre dos elementos do mundo objetivo tocantes à relação sujeito-objeto inscrita no fenômeno informacional observado com a criação e/ou a popularização da *Web*.

A conformação distinta que se propõe considera, portanto, as novas formas de interação e intervenção proporcionadas pela *Web*. De tal conformação, aproxima-se, então, a concepção de um “modelo teórico sociotécnico emergente”, ou “modelo emergente”, em contraponto ao “modelo teórico clássico”, ou “modelo sistêmico”.

A *Web* tem se apresentado como um espaço inovador que congrega diferentes formas de inter-relação de conteúdos, de fluxos de informação, em canais ou fontes de informações diversos e justapostos mediante a interconectividade hipertextual.

O hipertexto – texto em formato digital – pode agrupar informações diferentes (blocos de textos, palavras, imagens ou sons) acessadas referencialmente, por demanda, mediante interconexão de enlaces (*hyperlinks* ou *links*). Os conteúdos conectados a outros

textos, mediante enlaces, estendem ou complementam o hipertexto principal. Dessa forma, a *Web* é o sistema mais conhecido onde se operacionalizam interconexões hipertextuais.

Com a *Web* emerge um lugar em que as pretensões de domínio completo de quem ou sobre quem acessa a informação são minimizadas, bem como as pretensões de antecipação e de previsão tornam-se objeto de questionamento.

A multidimensionalidade e a virtualidade da *Web* constituem um canal difuso onde a ideia de controle antes imaginada no “modelo sistêmico” tem o sentido, em grande medida, esvaziado diante da dificuldade de as instituições intermediadoras de informação – bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, dentre outras – definirem um público-alvo que fará uso da informação.

A emergência de um distinto modelo sociotécnico admite a existência de uma “audiência não planejada”, de difícil controle. Logo, o “modelo emergente” se diferiria do “modelo sistêmico” ao priorizar, p. ex., o sujeito que pode validar e usar a informação e/ou produzir e se apropriar de informação e conhecimento. Além disso, o “modelo emergente” passa a considerar o contexto social onde se desenvolvem as relações entre sujeitos, admitindo limitações à problemática incumbência de o profissional de informação prognosticar aqueles que farão uso da informação em um sistema.

No “modelo emergente” são evidenciados, entre outros aspectos, os limites e as dificuldades de avaliação do uso de produtos e serviços de informação oferecidos, considerando a conexão de aspectos como: 1. acesso às fontes de informação na *Web*; 2. modo de produção de conhecimento e uso de informação em rede; e 3. natureza da oferta ou tipo de produtos e serviços oferecidos.

O deslocamento da imprescindibilidade da noção de sistema de informação e de seus elementos para outro enfoque – figurado no “modelo emergente” – pode ser exemplificado mediante a análise sobre as atuais formas de agência informacional. Para tanto, recorrer-se-á às revisões de literatura da *ARIST* tangentes aos estudos sobre necessidade, busca, comportamento e uso de informação.

Para tal análise, a identificação de dois ou mais modelos teóricos, diferentemente do que sugere a interpretação “paradigmática” de Capurro (2003), não levaria à exclusão ou imposição abarcadora de um modelo mais recente sobre outro antigo. Isso porque parte-se do pressuposto de que, quando identificados atributos conceituais de um modelo em outro, admite-se a possibilidade de coexistência ou maior influência de um modelo sobre outro, sem que este seja subsumido por aquele.

4 NOÇÕES DE USUÁRIO EM ESTUDOS DA ARIST

Com vistas a explorar a trajetória da noção de sujeito na CI, realizou-se a interpretação do *corpus* composto por 15 revisões de literatura da *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*, cujos textos mapearam estudos tocantes aos temas necessidade, busca, comportamento e uso de informação.

A seleção da *ARIST* para a obtenção de um diagnóstico das tendências investigativas sobre a agência do sujeito na CI se justifica na medida em que essa publicação é considerada uma referência internacional para a área de informação, composta de revisões de literatura que trazem um panorama dos assuntos debatidos em CI e em tecnologia, ou seja, que apresentam um “estado da arte” cujos temas têm variado consideravelmente à luz da dinamicidade da disciplina (*ARIST*, 2012).

As revisões de literatura da *ARIST* das décadas de 1960 e 1970 tiveram como cenário a informação em ciência e tecnologia (C&T). Nessa direção, a noção de sujeito – considerada nas investigações de Menzel (1966), Herner e Herner (1967), Paisley (1968), Allen (1969), Lipetz (1970), Crane (1971), Lin e Garvey (1972), Martyn (1974) e Crawford (1978) – perpassou pelo conceito de usuário de informação inscrito na figura do cientista e do tecnólogo.

Na revisão de Menzel (1966) foi destacada a atuação passiva dos usuários frente à ação do profissional mediador da informação no sistema informacional. Os estudos analisados por Menzel demonstram uma preponderância da natureza quantitativa tocante à avaliação de preferência/opinião sobre determinado

sistema de informação, mediante a aplicação de questionários.

A revisão de Herner e Herner (1967) destacou a posição dos usuários numa situação ativa e passiva na condição de produtor e receptor de mensagens num sistema informacional ou em canais de transferência de informação, como eventos, comunicações informais e publicações diversas. Os estudos de usuários analisados eram de natureza quantitativa e qualitativa relativos a “estudos básicos” e a “estudos aplicados”.

Já na revisão de Paisley (1968) foi destacada a situação ativa do usuário, tanto em relação ao sistema de informação como em relação à sua atuação em sociedade. O autor defendeu a articulação interdisciplinar da CI com a “Ciência do Comportamento” para refletir acerca dos estudos de necessidade e uso de informação. Nesse texto, Paisley (1968) sustentou, ainda, que para compreender o sistema e melhorar a transferência de informação seria necessário integrar os sistemas computacionais de armazenamento e recuperação de informação aos sistemas social, político e econômico e considerar os aspectos culturais.

Seguindo o raciocínio exposto na revisão de Paisley (1968), os usuários observados por Allen (1969) foram contextualizados em sua atuação social de modo a fornecer subsídios ao gestor do sistema para o aperfeiçoamento deste. Os estudos analisados por Allen (1969) eram de natureza qualitativa e serviram para a delimitação de uma estrutura conceitual que considerou a interação dos usuários, cientistas e tecnólogos, com diferentes aspectos que teriam influenciado sua atuação profissional. A referida delimitação levou em consideração, p. ex., a variação do comportamento dos usuários ante a busca da resolução de um problema de pesquisa na ocasião da seleção da fonte ou do canal de informação escolhido.

Os usuários abordados por Lipetz (1970), embora tenham sido considerados numa situação ativa, também foram contextualizados tendo em vista o uso seletivo de canais de informação numa biblioteca. O profissional de informação, por sua vez, foi destacado para a definição e configuração do uso seletivo daqueles canais. Os estudos de usuários analisados eram preponderantemente de natureza quantitativa,

com vistas à descrição de levantamentos e mensuração estatística de resultados. Nesse contexto, enquanto as metodologias se voltaram para o controle procedimental do processo de busca de informação, as teorias foram direcionadas para a predição e para a definição de critérios analíticos.

A concepção de usuário observada por Crane (1971) retomou, de algum modo, os interesses observados na década anterior, quando buscou situar o contexto da informação em C&T no bojo da ação profissional e com vistas à obtenção de subsídios para a reflexão sobre o processo de busca e uso de informação. Foi possível observar, além do enfoque teórico qualitativo, o enfoque quantitativo dos estudos métricos de citações. Conforme observado, tais estudos haviam sido igualmente catalisados por Lipetz (1970) e passaram a ser recorrentes na década de 1970.

Na revisão de Lin e Garvey (1972) observou-se que os estudos situaram os usuários em seu contexto de ação profissional de modo a obter subsídio ao profissional de informação para a sua atuação no desenho e aperfeiçoamento de sistemas. A natureza das pesquisas observadas era qualitativa e quantitativa. Especificamente, as pesquisas quantitativas buscavam a previsão de resultados, trazendo tipificações de variáveis quanto aos tipos de necessidade de informação e aos níveis de padrões de transferência da informação.

Na revisão realizada por Martyn (1974) observaram-se estudos sobre o “efeito da informação” (*effect of information*), cujo enfoque recaiu sob o papel do profissional encarregado de desenhar e/ou aperfeiçoar o sistema de informação (serviços, tratamento técnico etc.), os componentes do sistema (canais e meios de comunicação, produtos etc.), além de atuar no contexto quanto às variáveis na comunicação e nos fluxos de informação. Os estudos de usuários analisados eram de natureza qualitativa e quantitativa.

O estudo de canais de informação na última revisão da década de 1970, sistematizada por Crawford (1978), apresentou um caminho para a apreensão da necessidade de informação. Nesse percurso, tal necessidade poderia ser investigada com base em opiniões, avaliações, solicitações de informação do usuário para a investigação do impacto do serviço de

informação, além da interação do usuário com o sistema.

A revisão acima citada de Dervin e Nilan (1986), além de ter sido pioneira, ao apresentar, pela primeira vez, a interpretação das abordagens “tradicionais” e “alternativas”, também o foi na medida em que se constituiu como a primeira revisão da *ARIST* que identificou a ampliação do cenário dos estudos que passaram a considerar como atores não apenas os cientistas e os tecnólogos, mas também outros quadros tipológicos de usuários. Segundo tal revisão, naquele momento os estudos passaram a considerar o usuário do sistema de informação como um agente cognitivo, deixando de ter como foco principal o profissional de informação.

Na revisão realizada por Hewins (1990) outras tipologias de usuário foram destacadas, embora a aceção de usuário de informação em C&T ainda tenha sido privilegiada. Nesta revisão, assim como em Dervin e Nilan (1986), mapearam-se estudos destoantes dos enfoques direcionados estritamente ao sistema e ao profissional de informação. Tais estudos trouxeram abordagens de natureza qualitativa que se preocuparam com a agência do usuário durante o processo de produção de sentido.

Na revisão de Pettigrew, Fidel e Bruce (2001) foi identificada a existência de um enfoque teórico efetivamente social, propiciando um modelo teórico mais amplo no âmbito do comportamento informacional. Num estudo de natureza qualitativa, o escopo apresentado transcende a concepção de usuário de informação em C&T, abrindo margem para explicitar algo que já era possível ser percebido no texto de Dervin e Nilan (1986). No texto de Pettigrew, Fidel e Bruce (2001), a ação interpretativa do sujeito que usa a informação e produz conhecimento deixa de estar situada na esfera cognitiva isolada. As ações passam a ser consideradas a partir da interação e da intervenção entre sujeitos num determinado contexto.

À luz do enfoque social apontado por Pettigrew, Fidel e Bruce (2001), a revisão seguinte de Case (2006) tomou como referência a categoria usuário de informação, fundamentando-se na identificação do amplo quadro de estudos de natureza aplicada. Tais estudos foram classificados por Case (2006) como “usuários buscadores de informação” por “ocupação” (cientistas, engenheiros,

pesquisadores, gestores etc.), por “função” (público geral, pacientes, estudantes etc.) e por “grupo demográfico e social” (crianças e adolescentes, imigrantes, pessoas pobres, mulheres sem-teto e idosos).

A pesquisa de Courtright (2007), a exemplo da investigação de Case (2006), continuou considerando o usuário de informação de forma ampla. A abertura conceitual foi identificada em estudos de natureza qualitativa que consideraram formas compartilhadas de interação e de intervenção entre sujeitos. Nessa revisão, as relações sociais dos sujeitos que usam, produzem e se apropriam de informação e de conhecimento passaram a ser referenciadas a partir da noção central de contexto.

A última revisão da *ARIST*, sob a responsabilidade de Fisher e Julien (2009), reafirma a tendência identificada nos textos anteriores de Pettigrew, Fidel e Bruce (2001), de Case (2006) e de Courtright (2007), em cujo aspecto amplo da noção de usuário não se atém somente ao contexto da informação em C&T e em cuja variabilidade da agência do sujeito se inscreve na noção de contexto e nela obtém evidências das novas formas de produção de informação e de conhecimento identificadas num modelo sociotécnico que notadamente vem emergindo.

As revisões da *ARIST* da década de 2000 captaram tendências teóricas observadas desde a segunda metade da década de 1990. Tais tendências já vinham absorvendo conceitualmente a dimensão subjetiva da informação, bem como a abertura a cenários diversos e a diferentes tipos de atores, conforme apontado na revisão de Dervin e Nilan (1986).

O aspecto particularmente característico das revisões daquela década, todavia, refere-se à relativa atração teórica entre as dimensões subjetiva e social de informação. Nessa direção, os autores captaram o caráter complementar entre a noção de sujeito produtor de sentido com a ação e a prática de informação dos sujeitos em sociedade, ou seja, com a capacidade destes de se relacionarem e de interagirem comunicativamente entre si e em contextos diversos para a produção e apropriação de informação e conhecimento. É perceptível que a aceção de contexto nestes estudos passa a ser central.

5 ENFOQUES E DELIMITAÇÃO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE

À luz do panorama exposto nas revisões de literatura da *ARIST*, o esquema apresentado a seguir expõe a disposição dos enfoques identificados considerando distintas categorias de análise:

- “enfoque do cenário” – contexto temático. Foram identificadas pesquisas que tiveram como cenário a informação somente no contexto da C&T ou, somadas a este contexto, pesquisas que estudaram a informação na vida profissional e na vida cotidiana;
- “enfoque da natureza/contexto da informação” – dimensões objetiva, subjetiva e social da informação;
- “enfoque da pesquisa” – concepção da natureza da informação empregada. Nesse enfoque foram identificadas pesquisas com as seguintes ênfases:
 - a) “profissional-sistema-usuário” – foco no profissional de informação e no sistema, considerando o usuário como parte integrante da cadeia e do fluxo de informação. Neste enfoque, o usuário é considerado objeto de pesquisa mediante a aplicação de metodologias observacionais;
 - b) “usuário-instituição-conhecimento” – foco no sujeito que usa a informação estando envolvido num contexto social e institucional e buscando informação no sistema para, p. ex., elidir uma lacuna e/ou produzir novos conhecimentos, relacionando-se, direta ou indiretamente, com outro sujeito, o qual é concebido igualmente em um contexto social e institucional;³

³ A categoria “profissional-sistema” não foi identificada nas revisões de literatura que compõem o *corpus*. Esta categoria teria como foco a relação estrita de sistema com profissional de informação, podendo desconsiderar o usuário. Em geral, esse enfoque pode ser observado quando o sistema é concebido por desenvolvedores de *softwares* como uma ferramenta apenas no contexto tecnológico, algo recorrente na área de Ciência da Computação quando, p. ex., na criação de um *website* não são considerados aspectos como uso e usabilidade.

- “enfoque do conceito de usuário à luz da relação agência/uso” – concepção da natureza da informação. Nesse enfoque foram identificadas pesquisas que priorizaram os seguintes conceitos:
 - a) “usuário-repositório” – ênfase na informação objetiva. Considera o usuário como um receptáculo de informações ou mensagens, ou seja, como um receptor passivo que se constitui como parte integrante do sistema de informação;
 - b) “usuário-produtor de sentido” – ênfase na informação subjetiva. Considera a ação informacional do usuário ou do profissional de informação de forma socialmente descontextualizada, com ênfase na interpretação do indivíduo isolado, num contexto cognitivo em que a noção de sistema ainda tem grande influência.
 - c) “usuário-produtor de conhecimento” – ênfase na informação social. Considera os sujeitos efetivamente participantes das ações de informação onde a produção de sentido e de conhecimento ocorre de forma comunicativamente compartilhada, em relações interativas e interventivas num contexto social.

6 CATEGORIZAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

A disposição do quadro abaixo indica que, numa mesma revisão, foram apresentados enfoques cujas categorias (destaque em negrito) sobrepõem-se a outras sem haver a negação destas por aquelas. Essa disposição não rígida, ou seja, não autoexcludente das categorias, permite visualizar o caráter diacrônico dos conceitos, bem como permite analisar os fenômenos informacionais representados de modo a interpretá-los situando-os em relação aos modelos “sistêmico” ou “emergente”.

Quadro 1 – Enfoques das revisões de literatura da *ARIST* – cenário, natureza/contexto da informação, ênfase da pesquisa e conceito de usuário (agência-uso)

Enfoques Autores	Cenário	Natureza/ contexto da informação	Pesquisa	Usuário (agência/uso)
Menzel (1966)	C&T	Objetiva	Profissional-sistema-usuário	Repositório
Herner e Herner (1967)	C&T	Objetiva Social	Profissional-sistema-usuário	Repositório Produtor de conhecimento
Paisley (1968)	C&T	Objetiva Social	Profissional-sistema-usuário Usuário-instituição-conhecimento	Repositório Produtor de conhecimento
Allen (1969)	C&T	Objetiva Social	Profissional-sistema-usuário Usuário-instituição-conhecimento	Repositório Produtor de conhecimento
Lipetz (1970)	C&T	Objetiva Social	Profissional-sistema-usuário Usuário-instituição-conhecimento	Repositório Produtor de conhecimento
Crane (1971)	C&T	Objetiva Social	Profissional-sistema-usuário Usuário-instituição-conhecimento	Repositório Produtor de conhecimento
Lin e Garvey (1972)	C&T	Objetiva Social	Profissional-sistema-usuário Usuário-instituição-conhecimento	Repositório Produtor de conhecimento
Martyn (1974)	C&T	Objetiva Subjetiva	Profissional-sistema-usuário	Repositório Produtor de sentido
Crawford (1978)	C&T	Subjetiva Social	Profissional-sistema-usuário	Produtor de sentido Produtor de conhecimento
Dervin e Nilan (1986)	C&T/ Vida prof./ cotidiana	Subjetiva Social	Usuário-instituição-conhecimento Profissional-sistema-usuário	Produtor de sentido Produtor de conhecimento
Hewins (1990)	C&T	Subjetiva Social	Usuário-instituição-conhecimento Profissional-sistema-usuário	Produtor de sentido Produtor de conhecimento
Pettigrew, Fidel e Bruce (2001)	C&T/ Vida prof./ cotidiana	Social Subjetiva	Usuário-instituição-conhecimento Profissional-sistema-usuário	Produtor de conhecimento Produtor de sentido
Case (2006)	C&T/ Vida prof./ cotidiana	Social Subjetiva	Usuário-instituição-conhecimento Profissional-sistema-usuário	Produtor de conhecimento Produtor de sentido
Courtright (2007)	C&T/ Vida prof./ cotidiana	Social Subjetiva	Usuário-instituição-conhecimento Profissional-sistema-usuário	Produtor de conhecimento Produtor de sentido
Fisher e Julien (2009)	C&T/ Vida prof./ cotidiana	Social Subjetiva	Usuário-instituição-conhecimento Profissional-sistema-usuário	Produtor de conhecimento Produtor de sentido

Fonte: Adaptação do quadro elaborado por Rabello (2012).

Dentre os estudos que preponderantemente se apresentaram alinhados ao enfoque estrito no sistema e no profissional de informação, o texto de Menzel (1966) foi o único que apresentou exclusivamente a categoria “profissional-sistema-usuário”, como enfoque de pesquisa, juntamente com a categoria “usuário-repositório”, que representa o sujeito que usa a informação passivamente.

No estudo seguinte, de Herner e Herner (1967), foi possível observar a configuração na qual aparece pela primeira vez o enfoque de pesquisa “profissional-sistema-usuário” relacionando-se com os conceitos “usuário-produtor de conhecimento” e “usuário-repositório”.

A consideração do sujeito como produtor de conhecimento num determinado cenário social demonstra que hodiernamente estão sendo retomados, sob uma nova leitura, pressupostos investigativos identificados nos estudos de “comunicação científica” desenvolvidos na década de 1960 e início de 1970. Conforme observado nas revisões de literatura de Herner e Herner (1967), de Paisley (1968), de Allen (1969), de Lipetz (1970), de Crane (1971) e de Lin e Garvey (1972), esses estudos instrumentalizavam, como procedimento analítico, os processos de comunicação “formal” e “informal” de cientistas e tecnólogos visando à obtenção de informação sobre comportamento de busca, recuperação e uso de informação em sociedades científicas específicas, isto é, em “escolas invisíveis” (*invisible colleges*).

Embora os dados coletados naquelas investigações tenham sido instrumentalizados, em grande medida, para o aprimoramento de sistemas de informação sob a perspectiva “profissional-sistema-usuário”, tais pesquisas demonstram que a concepção de “usuário-produtor de conhecimento” não é algo totalmente nova para o estudo de contextos de validação de informação no âmbito do “modelo emergente”.

Nos textos de Martyn (1974) e de Crawford (1978) foram identificados, pela primeira vez nas revisões da *ARIST*, o enfoque subjetivo da informação, embora a posição deste enfoque tenha se apresentado com destaques diferentes em ambos os estudos.

Na revisão elaborada por Martyn (1974) foi apresentada a influência do contexto objetivo da informação dialogando com o enfoque de

pesquisa “profissional-sistema-usuário”, mesmo aparecendo, num segundo plano, o conceito “usuário-produtor de sentido” no contexto subjetivo da informação.

No trabalho desenvolvido por Crawford (1978) foi observada a preponderância do contexto subjetivo da informação e do conceito “usuário-produtor de sentido”, num momento em que os estudos de necessidade de informação haviam sido concebidos baseando-se nas investigações sobre processos cognitivos.

No texto de Dervin e Nilan (1986) foi possível observar mudanças no cenário de pesquisa das revisões da *ARIST*, quando se passou a considerar não apenas a “informação em C&T”, mas também a informação em outros contextos da “vida profissional”, assim como na “vida cotidiana”. É interessante observar que na revisão seguinte, de Hewins (1990), foi novamente enfatizada apenas a “informação em C&T”. Mas os fatores principais identificados tanto em Dervin e Nilan (1986) como em Hewins (1990) referem-se à preponderância do enfoque de pesquisa “usuário-instituição-conhecimento” em relação ao enfoque “profissional-sistema-usuário”, bem como do conceito de “usuário-produtor de sentido” em relação ao “usuário-produtor de conhecimento”. Tais constatações sugerem o início de uma maior adesão à ênfase social da informação, embora a ênfase subjetiva fosse influente.

Os contornos atuais atribuídos ao “modelo emergente” e que trazem novos matizes ao conceito usuário começaram a ser mais perceptíveis nas revisões da *ARIST* a partir dos textos de Pettigrew, Fidel e Bruce (2001), Case (2006), Courtright (2007) e Fisher e Julien (2009), quando os elementos de preponderância assumiram a seguinte configuração: cenário amplo podendo envolver a “informação em C&T” e os contextos amplos da “vida profissional” e da “vida cotidiana”; enfoque de pesquisa “usuário-instituição-conhecimento” sobre o enfoque “profissional-sistema-usuário”, assim como do conceito “usuário-produtor de conhecimento” em relação à aceção “usuário-produtor de sentido”, algo que representou a proeminência do contexto social da informação em relação ao contexto subjetivo.

As três concepções de usuário – “usuário-repositório”, “usuário-produtor de sentido” e “usuário-produtor de conhecimento” – assim

como a disposição teórico-relacional demonstrou que um modelo teórico não abrangue modelos concorrentes ou distintos de modo a extingui-los, haja vista que, na ocasião em que são identificados atributos conceituais de um modelo em outro, admite-se a possibilidade de coexistência ou influência mútua entre modelos, sem que um seja encoberto, por completo, pelo outro.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de noções de usuário no espectro teórico da CI e os resultados até aqui apresentados auxiliaram a visualização da relação sujeito-objeto quanto ao uso da informação em proposições modelares na CI e, em particular, trouxeram elementos que possibilitaram averiguar a conjectura de que o “modelo emergente” vem demarcando espaço no cenário teórico da CI ao se apresentar como um lócus de atração das dimensões subjetiva e social de informação.

O início da transição do modelo “sistêmico” para o “emergente” pode ser interpretada no momento em que a literatura passou a focar a situação e a lacuna de informação do usuário, sendo este analisado com base no processo individual de produção de sentido, concebendo informação em sua dimensão cognitiva. O “modelo emergente” começa a adquirir forma na ocasião em que passa a se considerar a relação entre sujeitos efetivamente participantes das ações de informação, embora ainda tendo como pressuposto a noção de sistema de informação e, por conseguinte, de usuário. Nessas ações, a produção de sentido e de conhecimento por parte do usuário do sistema ocorre de forma comunicativamente compartilhada, em relações interativas e interventivas no âmbito de um determinado contexto social.

A ênfase no sujeito ao mesmo tempo como usuário e como produtor e apropriador de conhecimento em interação e em contexto transcende o espaço a ele reservado no “modelo sistêmico” como repositório ou como produtor de sentido, no âmbito cognitivo.

Na dimensão do “modelo emergente” se excedem as preocupações restritas ao processo cognitivo em si e para si do sujeito, sem, por sua vez, negá-las. O usuário, ao deixar de ser tomado como objeto de estudo apenas como

singularidade, passa a ser concebido como uma figura que carrega institucionalidades, posicionamentos e visões de mundo inseridas e compartilhadas coletivamente, bem como inscrições cognitivas de sua herança cultural, social e política.

À luz do reconhecimento da singularidade igualmente inscrita numa coletividade heterogênea, o uso da informação não seria considerado somente no contexto de validação com vistas à satisfação de uma situação de necessidade ou lacuna de informação específica, nem para o aprimoramento de produtos e serviços de informação de um sistema.

O caráter transcendente das possibilidades de validação da informação decorre, em grande parte, da abertura lograda com as formas de ação, intervenção e interação em rede. Este fenômeno, ainda recente, tem aberto caminhos para além do entendimento da noção estrita de “usuário-repositório” e, nalguma medida, transcende a priorização *stricto sensu* da dimensão subjetiva de informação.

Os novos contextos tecnológicos de comunicação, nesse novo cenário, têm influenciado as formas de construção e apropriação individual e coletiva de conhecimento, criando composições distintas de transmissão de pretensões comunicativas, bem como possibilitado a validação de informações e a troca de experiências intersubjetivas em meios que trazem novas formas de experimentação da relação espaço-tempo.

Destarte, as novas formas de interação, onde se operam contatos intersubjetivos, e as pretensões comunicativas de informação, disponibilizadas, p. ex., por intermédio da *Web*, têm modificado as ações dos sujeitos quando em processo de validação de informação durante o processo de uso, algo que se reflete no modo de construção social de conhecimentos.

Enfim, o usuário neste cenário “emergente” deixa de ser concebido estritamente como um sujeito passivo, um repositório de informação, bem como deixa de ser interpretado somente como um objeto para o escrutínio de práticas e comportamentos por intermédio do estudo de processos cognitivos particulares.

A noção de “modelo emergente” abre caminho para pensar o conceito “usuário-produtor de conhecimento” ou a própria relação sujeito-objeto admitindo relativa atração entre as dimensões subjetiva e social de informação.

Ambas as dimensões cumprem função teórica colaborativa, complementar e compartilhada.

Não obstante, usuário de informação – em modulações que privilegiam estados conceituais como “repositório” e/ou “produtor de sentido” e/ou “produtor de conhecimento” – pode ser considerado *um* conceito presente na noção ampla de sujeito, aceção esta hipoteticamente mais bem recepcionada no âmbito do “modelo emergente”, naquela que seria uma configuração deste modelo ainda pouco empreendida.

Admite-se, portanto, um espaço que ainda pode ser investigado na CI e que transcende ao lócus teórico “sistêmico” representado no enfoque de pesquisa “profissional-sistema-usuário”. Pode-se, assim, contemplar a relação “sujeito-instituição-conhecimento”, bem como a noção ampla de “sujeito-produtor de conhecimento”, prescindindo de limitar a concepção às figuras do profissional ou do usuário de informação.

O exercício teórico de ir além dos referidos conceitos ao considerar a agência do sujeito em contexto abre novas portas para a criação de objetos de estudo, possibilitando novos prismas de análise no âmbito da CI tocantes à intersecção das abordagens subjetiva e social da informação.

Todavia, faz-se oportuno registrar a existência de modelos que, ao buscar unir as referidas abordagens subjetiva e social, vêm contribuindo para tal discussão, embora enfoquem, em última análise, uma dimensão subjetiva. É o caso do modelo proposto pelo autor finlandês Peter Ingwersen que defende a por ele denominada “abordagem sociocognitiva”. Essa concepção, além de se basear no pressuposto ôntico de sistema de informação, tende a enfatizar a dimensão subjetiva de informação, subsumindo aparentemente a dimensão social. Tal enfoque tem fundamentado estudos sobre recuperação da informação e sobre tratamento temático da informação (indexação, catalogação de assunto etc.), como as investigações realizadas no Brasil por Fujita, Rubi e Boccato (2009), as quais estão voltadas aos processos cognitivos durante a atuação dos profissionais de informação ou aos efeitos da atuação destes aos usuários do sistema.

Conceitos elaborados por outros autores, como “ações de informação”, do soviético erradicado na Alemanha Gernot Wersig, e “práticas informacionais”, do finlandês Reijo Savolainen, também trazem contribuições para

uma discussão inicial acerca do deslocamento do pressuposto ôntico de sistema de informação em direção a uma concepção social e ampla de sujeito, algo mais perceptível nas contribuições teóricas de autores como o italiano Luciano Floridi, em sua proposta de “filosofia da informação”, ou como o canadense Bernd Frohmann, quando aborda o conceito de “regimes de informação”.

Para a intersecção de enfoques informacionais – subjetivo e social – estes teóricos têm dialogado interdisciplinarmente com a Sociologia e/ou com a Filosofia, fundamentando-se em autores como Michel Foucault, Norbert Elias, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Gilles Deleuze, dentre outros. No Brasil, autoras como Mostafa (2010), Marteleto (2011) e González de Gómez (1999; 2011; 2012) têm contribuído para a construção daquilo que, de forma provisória, foi denominado aqui de “modelo emergente”. Essas autoras têm igualmente buscado subsídios no âmbito da “teoria social” e/ou da Filosofia para apreender as diversificadas ações e práticas de informação dos sujeitos em sociedade, cuja atuação pode ocorrer interativamente em distintos contextos comunicativos e em rede.

Nesse horizonte emergente a ser explorado, a intersecção dos enfoques subjetivo e social pode ser futuramente tematizada à luz das sobreposições não excludentes observadas no Quadro 1.

Considerando a sobreposição da dimensão subjetiva ante a social – sem desconsiderar a aceção de sistema de informação, mas não se limitando a ela – o sujeito pode ser investigado à luz das formas de validação da informação independentemente do necessário intermédio de outrem. Neste quadro, o sujeito pode atuar selecionando e julgando produtos e serviços de informação não apenas por sua relevância para a satisfação de situações de necessidade, mas por características que lhe conferem credibilidade e confiabilidade.

Noutra disposição, em que se sobressai a dimensão social ante a subjetiva, a interpretação de contextos de produção e apropriação social do conhecimento também passa a ser considerada, ou seja, passam a ser investigados, como objeto de validação, a informação para sujeitos gnosiológicos, a autoridade cognitiva destes – incluindo os produtos ou indícios informacionais de autoria – assim como a relação entre sujeitos em comunidades epistêmicas.

NOTIONS OF SUBJECT IN THEORETICAL MODELS IN INFORMATION SCIENCE: FROM FOCUS ON SYSTEM TO CONSIDERING THE AGENCY IN CONTEXT

Abstract

Considering the investigating course of Information Science which, under different perspectives, admits theoretical constructions influenced by objective and/or subjective and/or social dimensions of information, this paper aims to identify conceptual elements about notions of user employed in modeling constructs in the area. For such, an investigation was made in a corpus comprised of 15 literature reviews on need, search, behavior and use of information published in the Annual Review of Information Science and Technology – ARIST. Corpus analysis allowed to illustrate the subject-object relation in “traditional” and “alternative” approaches, directed towards objective and subjective dimensions of information. It also allowed to propose “systemic” and “emerging” models, the latter comprising of the relative attraction of subjective and social dimensions. In the end, a table is outlined with results pointing towards the displacement and/or transcendence of the strict notion of subject, underlying as a singularity managing or using information in a system – then considering, complementarily, other possibilities for acting. In this direction, the subject is then conceived not only in terms of management or use actions, but also taking as fundament his/her agency in the process of appropriation and construction of information and knowledge, interactively and in context.

Keywords: Subject. Informational Agency. Theoretical Models. Epistemology. Information Science.

Artigo recebido em 01/02/2013 e aceito para publicação em 13/10/2013

REFERÊNCIAS

- ALLEN, T. J. Information need and use studies. **ARIST**, v.4, p. 3-29, 1969.
- ARIST - THE ANNUAL REVIEW OF INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY. Silver Spring: ASIS&T, [1966 -]. Disponível em: <<http://www.asis.org/Publications/ARIST/statement.php>>. Acesso em: 28 nov. 2012.
- BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. [S.l.:s.n.], 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 30 out. 2005.
- CASE, D. O. Information Behavior. **ARIST**, v.40, p. 293-327, 2006.
- COURTRIGHT, C. Context in Information Behavior Research. **ARIST**, v.41, p. 273-306, 2007.
- CRANE, D. Information needs and uses. **ARIST**, v.6, p. 3-39, 1971.
- CRAWFORD, S. Information needs and uses. **ARIST**, v. 13, p. 61-81, 1978.
- DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **ARIST**, v.21, p. 3-33, 1986.
- DERVIN, B. Sense-Making methodology: communicating communicatively with campaign audiences. In: DERVIN, B.; FOREMAN-WERNET, L.; LAUTERBACH, E. (Ed.). Sense-making methodology reader: selected writings of Brenda Dervin. Cresskill: Hampton Press, 2003. p. 232-249.
- FISHER, K.; JULIEN, H. Information Behavior. **ARIST**, v. 43, p. 317-358, 2009.
- FLORIDI, L. On defining library and information science as applied philosophy of information. **Social epistemology**, v.16, n.1, p. 37-49, 2002
- FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramZero**, v.10, n.2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr09/Art_06.htm>. Acesso em: 30 out. 2010.

- GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v.5, n.2, p. 7-35, 1999.
- _____. **Da validade da informação à validade dos conhecimentos**: inventariando recursos, normas e critérios. Rio de Janeiro: PPGCI-IBICT-UFRJ, 16 ago. 2011. 34p. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq para obtenção de bolsa PQ.
- _____. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>>. Acesso em: 16 maio. 2012.
- HABERMAS, J. **Fundamentação linguística da Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- HERNER, S.; HERNER, M. Information need and use studies in science and technology. **ARIST**, v.2, p.1-34, 1967.
- HEWINS, E. T. Information need and use studies. **ARIST**, v.25, p. 145-172, 1990.
- INGWERSEN, P. Cognitive information retrieval. **ARIST**, v.34, n.1, p. 3-52, 1999.
- _____. Cognitive perspectives of information retrieval interaction: elements of a Cognitive IR Theory. **Journal of Documentation**, v.52, n.1, p. 3-50, 1996.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- _____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 134-146, 1992.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectivas, 2005. 260p.
- LIN, N.; GARVEY, W. D. Information need and use studies. **ARIST**, v.7, p. 5-37, 1972.
- LIPETZ, B. A. Information needs and use. **ARIST**, v. 5, p. 3-32, 1970.
- MARTELETO, R. M. Redes sociais: formas de participação e de informação. In: **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.23, n.3, p. 57-71, set./dez. 2013
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N.; LIMA, C. R. M. (Org.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: IBICT, 2011. p. 173-183.
- MARTYN, J. Information need and use studies. **ARIST**, v. 9, p. 3-23, 1974.
- MENZEL, H. Information needs and uses in science and technology. **ARIST**, v.1, p. 41-46, 1966.
- MOSTAFA, S. P. Epistemologia ou Filosofia da Informação? **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.20, n.3, p. 65-73, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9048>>. Acesso em: 4 mar. 2012.
- PAISLEY, W. Information needs and uses. **ARIST**, v. 3, p. 1-30, 1968.
- PETTIGREW, K. E.; FIDEL, R.; BRUCE, H. Conceptual frameworks in information behavior. **ARIST**, v. 35, p. 43-78, 2001.
- RABELLO, R. **Usuário, informação e ciência e tecnologia**: aspectos comunicativos e institucionais em um modelo sociotécnico emergente. Brasília: IBICT, 2012. Relatório final de pesquisa de pós-doutorado.
- SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, v.77, n.2, p. 109-132, 2007.
- WEBER, M. Ação social e relação social. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 139-144.
- WERSIG, G.; WINDEL, G. Information Science needs a theory of ‘information actions’. **Social Science Information Studies**, v. 5, p. 11-23, 1985.
- WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science Research**, v.3, n.2, p. 49-55, 2000.